

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.06.2021

Políticas de prevenção epidémica

Com o aumento do risco de epidemia nas regiões vizinhas, o Governo publicou, há dias, várias novas medidas de prevenção, como a exibição obrigatória do teste negativo de ácido nucleico, com um prazo de validade de 48 horas, na passagem fronteiriça entre Macau e Guangdong; exibição do Código de Saúde de Macau para entrar nos autocarros; ajustamento das instruções relativas à exibição do Código de Saúde de Macau para entrada nos espaços públicos, etc., com vista a reduzir a probabilidade de um surto epidémico.

Há mais de um ano que não se regista um caso local em Macau, um resultado cuja conquista não foi nada fácil e se deve aos esforços conjuntos do Governo e da população. Devido às recentes mudanças de situação da epidemia na província de Guangdong, são mais elevados os riscos de “contágios cruzados”, daí a divulgação, num curto prazo, do ajustamento de várias medidas para a respectiva prevenção, como, por exemplo, reduzir o prazo de validade do teste negativo de ácido nucleico para 48 horas. Essas políticas repentinas constituíram um inconveniente para os residentes que têm de passar as fronteiras, devido aos estudos e trabalho em Macau ou por não conseguirem comprar casa ou suportar as rendas em Macau. Espera-se que o Governo continue a atender às necessidades dos residentes em causa, dando apoio adequado aos indivíduos carenciados e com uma vida difícil. Mais, ao lançar novas medidas, há que divulgá-las quanto antes, para as pessoas que se deslocam entre as fronteiras terem tempo de se preparar, e para a sociedade ter tempo de se adaptar e de absorvê-las, a fim de evitar que esta não se adapte às políticas por serem lançadas com demasiada pressa.

Neste momento, as pessoas, na sua maioria, cumprem a regra de mostrar o “código de saúde” ao subir para o autocarro ou entrar nos recintos públicos. Isto demonstra que a sociedade reconhece os ajustamentos, por parte do Governo, dos trabalhos de prevenção. O Governo deve continuar a efectuar bem os trabalhos de sensibilização e de divulgação, para concretizar melhor a implementação do “código de saúde” de cor verde. Mais, existem em Macau idosos que não sabem usar telemóveis, o que prejudica as suas deslocações. Se houver interrupções nos sinais dos telemóveis ou insuficiência de bateria, o uso do referido código é afectado. É certo que os utilizadores podem imprimir o código em papel nos respectivos serviços públicos ou nas associações, mas, como esses serviços ou associações não funcionam 24 horas por dia, as pessoas vão sair prejudicadas se o requerimento for apresentado fora do horário de expediente. O Governo instalou quiosques em vários locais, por isso sugiro acrescentar nesses quiosques a função de preenchimento do formulário para o requerimento do “código de saúde de Macau” e a impressão do mesmo código em papel, para as pessoas que tenham necessidade poderem requerer a todo o tempo a impressão do referido código através de equipamento electrónico.

Atendendo à situação epidémica em constante transformação, o “Código de Saúde de Macau” tornou-se no sistema mais importante para as deslocações em Macau, assim, o seu funcionamento, manutenção e protecção são tarefas muito importante. No passado, houve ciberataques de diferentes graus em Macau, que afectaram a produção e o funcionamento desse “Código”. O Governo tem de reforçar a segurança do sistema e, ao mesmo tempo, aumentar a sua estabilidade, evitando obstáculos para as deslocações e inconveniências sociais, por causa de avaria do mesmo. Agora, o Governo planeia tomar como referência a aplicação “LeaveHomeSafe” de Hong Kong e investigar e desenvolver uma aplicação móvel para facilitar a vida dos residentes no registo do seu percurso, de modo a reduzir os riscos de propagação da epidemia. O Governo tem de ponderar cuidadosamente a sua operacionalidade e a aceitabilidade dos residentes, para evitar situações de ineficácia após gastar grandes recursos e erário público; deve definir um plano de “recenseamento para toda a população” quanto ao teste de ácido nucleico e anunciar atempadamente o seu enquadramento, para a sociedade estar preparada e os respectivos trabalhos poderem ter início, imediata e ordenadamente, quando a epidemia for mais alarmante, de modo a concluir assim o recenseamento e evitar o surgimento da epidemia em Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.06.2021

Garantir a fluidez da rede de esgotos

No dia 12 deste mês, houve derrame de água suja numa tubagem de esgotos, perto do China Plaza, na Avenida da Praia Grande. Durante a limpeza, os trabalhadores descobriram que o grave entupimento se devia à acumulação de grande quantidade de gordura. Após o incidente, durante a inspecção, os serviços competentes identificaram irregularidades em 3 dos 4 restaurantes nas imediações, que não têm retentores de gordura adequados e fazem a drenagem de forma ilegal, o que esteve na origem do entupimento. No início deste ano, as autoridades verificaram que muitos restaurantes tinham retentores de gordura desligados, por limpar, avariados ou indevidamente instalados, e o número de irregularidades foi o dobro das registadas no ano passado. Mais, durante a pandemia, o número de estabelecimentos de *takeaway* aumentou exponencialmente, mas, como não há regulamentação sobre o sistema de drenagem e de retentores de gordura para estes estabelecimentos, as irregularidades são graves, aumentando os riscos de entupimento da rede de esgotos.

O entupimento dos esgotos é uma das razões para as inundações no Porto Interior. A Administração tinha referido que ia utilizar um sistema de videovigilância dentro dos esgotos para fiscalizar a situação e, de facto, o entupimento no Porto Interior deveu-se a óleo e o entupimento na zona de T'oi Sán, a areia. Segundo os especialistas, para resolver o problema das inundações no Porto Interior há que efectuar obras para escoar as águas e ter as bombas de água a funcionar normalmente, e também há ainda que garantir a fluidez da rede de drenagem.

A meu ver, para reduzir e colmatar o problema da obstrução dos esgotos devido à drenagem ilegal de águas residuais, o Governo deve aproveitar bem o poder atribuído pelo Regulamento geral dos espaços públicos, reprimindo-o a partir da fonte. Há que reforçar a fiscalização sobre a drenagem residual nos pontos negros das inundações, realizar inspecções radicais aos sistemas de drenagem residual dos estabelecimentos de comidas, acelerar o andamento da rectificação em relação aos que tenham drenado ilegalmente águas residuais, e divulgar os resultados alcançados. Mais, há que acelerar a legislação para melhorar a fiscalização da drenagem à toa das águas residuais das lojas de *takeaway*, e tomar, a breve trecho, medidas temporárias para controlar o referido problema.

As autoridades manifestaram que iam efectuar uma revisão global da rede de drenagem de Macau, substituindo-a gradualmente e melhorando a sua capacidade de descarga. Mas a obra de substituição é difícil e tem um grande impacto na vida da população, não podendo ser concluída por um só serviço. Segundo sugestões de muitos cidadãos, as autoridades podem aproveitar a experiência bem-sucedida do Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, isto é, criar um centro interserviços de coordenação da gestão das águas, a fim de proporcionar uma coordenação atempada sobre problemas da rede de drenagem, prevenção de cheias e outros problemas de inundações, para aumentar a eficiência dos procedimentos administrativos, melhorar quanto antes a capacidade de drenagem e evitar inundações.

IAOD de Lei Chan U em 16.06.2021

Promover de forma ordenada o Fundo de Previdência Obrigatório

O Regime de Previdência Central não Obrigatório entrou em vigor há mais de três anos, a partir de 1 de Janeiro de 2018. Nos termos da Lei, o Fundo de Segurança Social (FSS) elabora um relatório de avaliação da execução daquela lei três anos após a data da sua entrada em vigor, devendo o referido relatório ser concluído nos 180 dias imediatamente seguintes e verificar a existência das condições necessárias para a eventual adopção de um modelo obrigatório do regime de previdência central, bem como o impacto social e económico dessa medida.

Na resposta de Abril, a uma interpelação escrita, o FSS referiu que 257 empregadores já têm Plano conjunto de previdência estabelecido, incluindo as 6 concessionárias do Jogo, 2 escolas privadas e mais de 100 instituições de serviços sociais, entre os quais 32 por cento dos empregadores aderiram através de “novos planos”, isto é, são casos em que nunca houve plano de previdência privado e em que os respectivos empregadores oferecem pela primeira vez esse tipo de protecção aos seus trabalhadores. Isto demonstra que são cada vez mais os empregadores que acolhem a ideia de criação do fundo de previdência central não obrigatório. O FSS incumbiu, no segundo semestre do ano passado, uma instituição de elaborar o tal relatório, cuja versão preliminar já foi apresentada ao Fundo em Fevereiro deste ano, e está a ser revista e analisada pelo Fundo, por forma a intensificar e a aprofundar o seu conteúdo.

A epidemia está a causar um grande impacto na nossa economia e a sua recuperação está sujeita a vários factores de incerteza. Assim, para que o regime não obrigatório passe a obrigatório, prevê-se uma grande resistência. Mas quer o programa político, quer o relatório das LAG fazem referência à promoção daquela passagem. Espero que o FSS conclua o tal relatório dentro do prazo definido e o divulgue quanto antes à sociedade. Em paralelo, exorto o Governo a concretizar os trabalhos definidos nas LAG, promovendo a concretização do regime de previdência obrigatório, a fim de reforçar a protecção da vida de aposentação dos trabalhadores.

A criação do fundo de previdência não obrigatório visa reforçar as garantias dos residentes em termos de subsistência, quando atingirem a velhice, permitindo-lhes ter, assim, uma vida pós-aposentação condigna. Mas apontam alguns estudos que as garantias prestadas pelo regime central de previdência não obrigatório dificilmente podem deixar que muitos residentes tenham uma vida pós-aposentação condigna, os quais têm de depender ainda das suas poupanças e dos apoios de familiares. Mais, até 24 de Maio, as 7 entidades gestoras deste fundo ofereciam 42 produtos relativos a fundos, cada qual com os seus riscos e rendimentos. Apenas os residentes com domínio das características, do desempenho e dos riscos desses produtos é que ajustam oportunamente o seu

portfólio de investimentos, mas são poucos os que assim o fazem, pois não sabem como optar e pouco conhecem, e acabam por obter um crescimento, em termos de mais-valias, mais moroso.

Espero que o regime seja otimizado para elevar o nível das garantias, e promover a elevação por parte das entidades gestoras de fundos da taxa de rentabilidade e da estabilidade dos seus produtos. Em paralelo, espero ainda que sejam reforçadas as acções de divulgação e sensibilização junto dos residentes, para poderem ajustar oportunamente o seu portfólio de investimentos e obter mais rentabilidade.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.06.2021

Para reduzir os inconvenientes para o público, o Governo deve prestar apoio na coordenação das novas medidas de prevenção da epidemia

Atendendo às mudanças na situação epidémica em Guangdong, o Governo anunciou em 7 de Junho que, a partir do dia seguinte, iam ser reforçadas as exigências do teste de ácido nucleico na passagem fronteiriça entre Guangdong e Macau, e foram anunciadas novas orientações sobre a apresentação do “Código de saúde de Macau” para a entrada em locais públicos, e quem tivesse código amarelo ou vermelho não seria autorizado a usar transportes públicos, a fim de reduzir o risco de transmissão. Por receio da epidemia, as medidas foram implementadas num curto espaço de tempo, o que prejudicou a programação do público. Mas, quando se trata de prevenção da epidemia, a maioria do público manifesta a sua compreensão e cooperação, esperando que o Governo faça o seu melhor para coordenar, apoiar e sensibilizar, a fim de reduzir as inconveniências causadas.

O aperto das exigências do teste de ácido nucleico na passagem fronteiriça entre Guangdong e Macau tem causado diariamente inconvenientes a professores, estudantes e trabalhadores transfronteiriços que se deslocam entre Zhuhai e Macau. Atendendo à nova medida, o Governo criou um posto de testes de ácido nucleico no Centro de Actividades Juvenis da Areia Preta; os Serviços de Educação, em coordenação com os Serviços de Saúde e os serviços competentes de saúde de Zhuhai, procederam à extensão do serviço de testes de ácido nucleico em cinco hospitais designados, todos os dias da semana (isto é, de segunda-feira a domingo, pois antes era só no sábado). Mas há ainda um número relativamente grande de trabalhadores transfronteiriços que também precisa de fazer testes de ácido nucleico de 48 em 48 horas, e muitos deles têm reflectido que o aumento do número de testes lhes causou enormes encargos económicos e grandes inconvenientes. Assim, propõe-se que as empresas com condições para tal lhes forneçam apoio financeiro para atenuar a pressão económica resultante da realização dos testes, e apoio de alojamento a curto prazo, etc., o que pode reduzir ainda mais o risco das deslocações desses trabalhadores entre as duas regiões.

Quanto à apresentação do Código de Saúde ao entrar em espaços públicos, no primeiro dia da implementação, registou-se instabilidade no sistema, e o Governo afirmou que o incidente se devia à instabilidade de ligação à base de dados da Província de Guangdong. A implementação da medida significa que não se pode ir a lado nenhum sem o código verde, portanto, a instabilidade do sistema afecta as deslocações. Assim, os residentes dão muita atenção e esperam que os serviços competentes assegurem a estabilidade e segurança do sistema, para evitar incómodos na sua vida e deslocações. Mais, de acordo com alguns residentes, para os idosos e estudantes que não sabem usar *smartphone*,

têm telemóveis antigos ou até nem têm telemóvel, a medida afecta gravemente as deslocações. É verdade que o IAS incentivou as associações e serviços públicos a ajudar as pessoas a imprimir o código, mas, no último feriado público, quando as entidades estavam encerradas, alguns idosos só souberam do serviço de impressão e dos locais através dos amigos. Assim, espera-se que o Governo siga as recentes recomendações do Conselho de Estado, para simplificar e aperfeiçoar a operação do código de saúde, atendendo às dificuldades dos idosos nas deslocações.

Mais, face à situação de epidemia na Província de Guangdong, o número de turistas diminuiu ligeiramente, em comparação com o mês passado, o que põe em causa a retoma económica, e deixa os trabalhadores, sobretudo os da indústria do jogo, preocupados com o impacto no seu emprego. O Governo deve continuar a apoiar a colocação no emprego e a reforçar o apoio aos desempregados e àqueles em *layoff*, para aliviar as suas dificuldades no emprego.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.06.2021

Reforçar a fiscalização para reduzir os conflitos de consumo por meios electrónicos

No ano passado, as transacções por telemóvel em Macau atingiram 6300 milhões de patacas, isto significa mais de 500 milhões de patacas por mês, e entre Janeiro e Abril deste ano, a média mensal das transacções atingiu 1000 milhões de patacas. O Governo está a promover o “plano de benefícios de consumo por meio electrónico”, por isso, acredito que o valor destas transacções ainda vai aumentar. Nos últimos anos, a Administração tem promovido o pagamento por meios electrónicos, e o número de cidadãos e lojas aderentes aumentou imenso após a distribuição dos “cartões de consumo” no ano passado. Mais, no 1.º trimestre do corrente ano implementou-se o serviço “*simple pay*” e, a partir daí, as lojas só precisam de um terminal de pagamento ou de um código QR para aceitar as 8 plataformas de pagamento móveis existentes em Macau. Este serviço é um apoio à implementação do “plano de benefícios de consumo por meio electrónico”, pois veio promover ainda mais os meios de pagamento electrónico e atrair mais cidadãos a utilizarem estes métodos de pagamento.

No entanto, também continuam a aumentar os conflitos relacionados com o pagamento por meios electrónicos, por exemplo, os meios de publicidade das entidades financeiras, os elevados custos para o uso dos terminais electrónicos, melhoramento e reforço do serviço “*simple pay*”, e a segurança e estabilidade das plataformas de pagamento, entre outros. Por exemplo, no caso do “plano de benefícios de consumo por meio electrónico”, muitos cidadãos afirmam que os benefícios dados pelas entidades financeiras não correspondem aos previstos, suscitando muita discussão na sociedade. A Autoridade Monetária também afirmou que recebeu muitas queixas e pedidos de informação, mas após rever os casos, afirmou que as regras para o uso destes benefícios já foram dadas a conhecer, e que talvez as entidades tenham emitido muitas informações que levaram os cidadãos a não ficar esclarecidos. A referida Autoridade afirmou que já solicitou às entidades financeiras que melhorassem as formas de publicidade, que partissem do ponto de vista dos cidadãos e esclarecessem melhor as regras para o uso destes benefícios.

Algumas instituições financeiras exigem aos comerciantes que utilizem as suas máquinas para receberem os benefícios adicionais oferecidos, e as taxas de tratamento variam consideravelmente entre os diferentes prestadores de serviços; o “Simple Pay” não é aplicável a autocarros e cartões pré-pagos, e acontece o mesmo com os novos cartões de consumo. Para ser conveniente para os consumidores e dar resposta ao “Plano de benefícios do consumo por meio electrónico”, os comerciantes, na sua maioria, são forçados a instalar terminais de várias entidades, e instalaram mais de um terminal em resultado disso, o que acaba por ser uma derrota do objectivo original do “Simple Pay”.

As autoridades devem ouvir as opiniões dos residentes, dos comerciantes através do referido Plano, e identificar formas de melhorar o sistema, concentrando-se nos problemas que frequentemente suscitam controvérsia, de modo a reforçar ainda mais a regulamentação do pagamento electrónico, e exigir que os prestadores de serviços sejam mais claros e transparentes na publicidade, de modo a reduzir os conflitos. O Governo deve coordenar-se com as instituições financeiras para ajustar as taxas, de modo a atrair mais comerciantes a utilizar o pagamento electrónico e facilitar a sua utilização pelos residentes, e tornar rapidamente o sistema "Simple Pay" aplicável nos autocarros e cartões pré-pagos, de modo a quebrar as barreiras do pagamento electrónico.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.06.2021

Promover as construções de prevenção de desastres e melhorar o sistema de drenagem para enfrentarmos os tufões e as chuvas intensas

Recentemente, foi emitido o sinal preto de chuvas intensas e estas acarretaram inundações nas zonas de T'oi Sán, Ilha Verde, Porto Interior e Patane, afectando lojas e viaturas. Mais, registaram-se inundações graves nas Portas do Cerco, na fronteira de Hengqin, e no auto-silo da Praça de Ferreira do Amaral e no seu túnel subterrâneo, acarretando prejuízos aos residentes. As causas das inundações foram muitas, nomeadamente, por serem zonas baixas, e por entupimento do sistema de drenagem e insuficiência dos equipamentos de prevenção de desastres e inundações. Macau está prestes a entrar na época dos tufões e, com vista a evitar que isto volte a acontecer, apresento 3 opiniões para diminuir e prevenir que as chuvas intensas e os tufões afectem os cidadãos:

1. Acelerar os trabalhos de construção dos equipamentos de prevenção de desastres. Os vários planos de construção de equipamentos de prevenção de desastres foram apresentados há anos, mas muitos deles continuam em fase de estudo ou de construção preliminar. Espero que a Administração acelere os respectivos trabalhos, para prevenir que as chuvas intensas e os tufões causem danos. Por outro lado, os auto-silos subterrâneos são sempre os mais afectados, e a última inundação obrigou a que o auto-silo da Praça de Ferreira do Amaral fechasse temporariamente, registando-se uma situação bastante grave. Assim, a Administração tem de rever e melhorar as medidas de prevenção de inundações dos auto-silos subterrâneos, prevenindo situações idênticas. Mais, apelo à Administração que averigúe as causas desta inundação, para proteger os interesses dos proprietários das viaturas.

2. Elevar a capacidade de escoamento das águas do sistema de drenagem. Esta inundação deveu-se ao elevadíssimo nível de precipitação e por um longo período, mas as outras razões deveram-se ao envelhecimento e à sobrecarga do sistema de drenagem. A Administração tem de rever o sistema de drenagem destas zonas para aumentar a respectiva capacidade, assim como efectuar uma revisão de todo o sistema de drenagem de Macau, elevando de várias formas a fluidez do sistema. Mais, a Administração tem de reforçar a fiscalização para encontrar as ligações ilegais ao sistema de drenagem, aumentando as sanções para os infractores, diminuindo assim as causas do entupimento desse sistema.

3. Melhorar o mecanismo de alerta de prevenção de desastres. Existe alguma dificuldade nos alertas de desastres. A última chuva intensa ocorreu de madrugada e muitas pessoas não receberam as informações porque estavam a dormir. Sugiro que o sinal preto de chuvas intensas seja incluído no sistema de protecção civil, com vista a poder transferir recursos para se utilizar na protecção

(Tradução)

civil, assim como utilizar e emitir o sistema sonoro de alerta instalado nas várias zonas afectadas pelas inundações, prevenindo assim prejuízos desnecessários.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.06.2021

Prevenir, com a devida antecedência, as inundações nos bairros é melhor do que remediar posteriormente!

Segundo especialistas e académicos, devido ao aquecimento global nos últimos anos, há sempre fenómenos climáticos radicais. Há dias, devido às chuvas intensas, sinal bola preta, registaram-se inundações em várias zonas. Como se tratou de chuvas intensas como as que acontecem de 100 em 100 anos, mesmo que o sistema de drenagem fosse desenhado para ter capacidade suficiente de escoamento, ainda podia haver inundações.

De acordo com as previsões meteorológicas, as trovoadas e tufões vão continuar e até vai haver um megatufão mais forte do que o “Hato”, portanto, o Governo deve estar preparado para as adversidades e tomar medidas preventivas. Alguns especialistas e cidadãos sugerem o seguinte:

1. Com vista a definir uma linha de alerta de inundações, há que organizar um grupo de especialistas para calcular e medir, com base no projecto do sistema, os limites máximos de abastecimento e escoamento de água, a fim de avaliar se o referido sistema consegue dar resposta aos fenómenos climáticos radicais devido a chuvas intensas.

2. Para que os cidadãos possam tomar as suas medidas preventivas, os serviços competentes devem avaliar o nível de obstrução dos esgotos do sistema de drenagem de toda a Macau, por exemplo, utilizar equipamento electrónico, tal como robôs, para proceder às inspecções, para que a limpeza do sistema possa ser feita antes da chegada das chuvas e os respectivos dados científicos possam ser divulgados, para os cidadãos poderem saber com antecedência que vai haver inundações em certas zonas, isto é, quando as águas das chuvas intensivas atingirem um certo nível, para poderem tomar as devidas medidas preventivas.

3. O Governo conseguiu, recentemente, encontrar as causas das inundações nos respectivos pontos negros e limpou uma grande quantidade de óleo e gordura drenados ilegalmente, o que merece o nosso elogio! Porém, mais vale prevenir do que remediar, por isso, o Governo deve, antes da chegada dos tufões, reforçar as acções de inspecção, por exemplo, em primeiro lugar, inspecionar, de acordo com as plantas aprovadas pelas Obras Públicas, se as canalizações de drenagens nas lojas e estabelecimentos de restauração foram alteradas, ou se há descargas ilegais de águas residuais; depois, destacar pessoal para examinar os poços de água residual e pluvial em frente de cada edifício e estabelecimento de restauração, para saber se há anormalidade nas drenagens, por exemplo, se há resíduos oleosos no poço de água pluvial ou se as águas residuais oleosas foram drenadas para o poço de água residual sem serem filtradas; por último, aproveitar os corantes fluorescentes, utilizados na identificação da origem das

infiltrações de água, para as respectivas inspecções, isto é, deitá-los nas bocas de descarga da loja inspecionada, para ver se há águas coloridas no poço de água pluvial, se houver, comprova-se que as águas residuais foram drenadas para o poço de água pluvial, o que constitui um infracção, e o Governo deve logo tratar da situação. O Governo vai fazer tudo isto?

Assim, alguns cidadãos pediram-me para questionar o Governo sobre o seguinte: o Governo já ponderou avançar com este método ou já está a aplicá-lo? Face à gravidade cada vez maior das inundações, e a fim de resolver o impasse com que a população se depara, é melhor prevenir do que remediar.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 16.06.2021

Após a implementação de medidas de apoio às PME, procede-se ao desenvolvimento do mercado

Com base nos excelentes resultados contra a epidemia conseguidos pelo Governo no ano passado, observa-se uma tendência de recuperação da nossa economia, sobretudo durante a passada semana dourada do 1.º de Maio, em que a taxa de ocupação média dos hotéis ultrapassou 80% e o número de visitantes foi o mais elevado desde o surto epidémico. A recuperação do sector turístico revitalizou as actividades de várias micro, pequenas e médias empresas, no entanto, quanto ao ambiente geral de negócio, face ao fluxo limitado de visitantes e ao impacto resultante de factores subjectivos, como as rendas e os impostos, a situação comercial mantém-se difícil. Devido à propagação da epidemia em Guangzhou, diversos locais de Guangdong entraram em estado de alerta, e em Macau, o Governo activou as devidas medidas de emergência, apertando as condições de entrada em Macau. Foram implementadas novas medidas de prevenção, e Macau tornou-se numa região “semifechada”. À medida que a epidemia se desenvolve, as micro, pequenas e médias empresas vão perdendo o seu espaço de sobrevivência, e com o aumento de futuros factores de instabilidade, os riscos de exploração vão aumentar. O Governo, tendo em conta o ambiente geral das PME, tem vindo a promover medidas para as apoiar, a fim de conseguirem ultrapassar este período de epidemia.

Enquanto for grande a agitação no sector turístico e o ambiente das PME for de incerteza, mesmo que o Governo promova muitos planos para apoiar os residentes com dificuldades de emprego, será difícil criar novos postos de trabalho, uma vez que o nosso mercado está a diminuir e quando as empresas conseguem subsistir já se considera uma bênção. Neste momento, com a cooperação Guangdong-Macau, o espaço de desenvolvimento aumentou bastante, assim, as nossas empresas devem participar na “circulação dupla” e explorar novos mercados na zona da Grande Baía, por forma a contrabalançar e reconciliar contradições, otimizar o ambiente comercial e assegurar o mercado de trabalho, no intuito de salvaguardar o desenvolvimento diversificado e estável da economia de Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Nas LAG do ano passado, refere-se o reforço do apoio às PME, devido à forte ligação destas com as garantias de emprego, do básico do dia-a-dia dos residentes e da estabilidade do mercado, mas as medidas até agora adoptadas em nada correspondem ao tempo em que vivemos. Os riscos que as PME correm aumentam com o agravamento da situação no exterior, e estas ficam sem capacidade para os enfrentar, especialmente numa economia em que predomina uma única indústria. Com o semi- encerramento das fronteiras, ficou mais tortuoso

o caminho da recuperação das PME, manterem a actividade já é difícil, quanto mais elevar a competitividade para se integrarem na Grande Baía. Assim sendo, o Governo deve continuar com os apoios económicos, mas mais eficazes e directos, para que estas possam ultrapassar as dificuldades, criando um Fundo Contra os Riscos para as PME, para reforçar, como forma de garantia, as suas capacidades contra riscos imprevisíveis.

2. Segundo o Governo, há que atrair os investidores e alargar as suas iniciativas, para se criarem mais oportunidades de emprego. Até ao momento, não se verificou qualquer aumento significativo do número de empresas constituídas, antes pelo contrário, o ambiente de investimento entrou em declínio. Sendo o mercado reduzido, os requisitos e exigências para as colocações dificilmente conseguem coadunar-se com o actual ambiente de mercado, o que conduz a situações frequentes de falta de equiparação de recursos humanos. Estamos na época da procura de emprego, mas devido à degradação do ambiente do mercado, muitos recém-graduados podem não encontrar emprego. Assim, o Governo deve analisar a procura, para avaliar e concertar os conflitos laborais, bem como criar um Fundo de Promoção do Emprego, para apoiar os que têm dificuldades em encontrar localmente emprego e ajudar os recém-graduados a integrar-se na Grande Baía, concedendo-lhes um “abono remuneratório”, para promover o emprego dos residentes na Grande Baía e a integração no desenvolvimento da “dupla circulação” e criar mais opções de desenvolvimento aos candidatos a emprego e aos recém-graduados.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 16.06.2021

Resolver o problema das inundações resultantes das primeiras chuvas de cada ano

O dia 1 de Junho é o Dia Internacional da Criança, e, neste ano, contou com uma chuva extremamente intensa, que resultou em inundações graves em diversas zonas de Macau, causando enormes prejuízos ao público, pois as inundações atingiram as mercadorias dos lojistas e vários veículos. Neste Dia da Criança, as pessoas não foram felizes, mas antes ficaram sem saber o que fazer.

A estação elevatória de águas pluviais do Norte do Porto Interior é uma instalação contra inundações que o Governo levou anos a planear e construir, e que só entrou em funcionamento mesmo em finais de Maio deste ano. E só uma chuva “deixou tudo exposto”! A posteriori, o IAM veio referir que, durante o período experimental de funcionamento, a referida estação surtiu um efeito notório de drenagem. Apesar disto, esta chuva intensa “invadiu” o Pavilhão Octogonal na Praia Grande e a Avenida de Venceslau de Moraes na Areia Preta, para além das zonas baixas que costumavam ser alvo de inundações. Assim, é difícil evitar a seguinte dúvida: porque é que o problema vai piorando à medida que se trata das inundações?

Duas chuvas intensas em Maio do ano passado causaram inundações em diversas zonas, e as autoridades atribuíram a culpa a diversas razões, a saber: longa duração da precipitação, grande volume de precipitação, maré alta, etc. Neste ano, a ênfase consiste no facto de se estar perante uma chuva rápida, intensa, e que só acontece de setenta em setenta anos. Francamente, nesta vez, o volume de precipitação foi assustador, no entanto, é também incontestável a grave carência de Macau em relação à capacidade para evacuar cheias. O IAM recorreu às notas de imprensa oficiais, entrevistas e demais canais, imputando as inundações a vários problemas, a saber: envelhecimento das redes de esgotos, obstrução dos esgotos, despejamento ilegal, etc.

Sabemos onde está o problema, devemos agir para resolvê-lo. Percebemos que as tarefas de fiscalização e de desentupimento dos esgotos por parte do pessoal do IAM não são fáceis, muitas vezes têm de sair durante o mau tempo para as efectuar, por isso, os riscos do seu trabalho são elevados. Se o pessoal passa 365 dias a desentupir esgotos, mas os resultados não são ideais, então pergunta-se: o problema tem a ver com falta de pessoal para fazer o desentupimento ou são muitos os infractores que lançam águas poluentes? O lançamento de águas poluentes e as ligações ilegais de canalizações ao sistema de drenagem são problemas antigos. Se o IAM tem conhecimento de quem são os infractores que “praticam isto reiteradamente” e sabem que a moldura pena é leve e não produz efeitos dissuasores, então, faça o favor de rever rapidamente o Regulamento geral dos espaços públicos, no sentido de, tal como sucede noutros países ou regiões, punir severamente os infractores. Também peço o favor de

repensar a necessidade de reforçar os trabalhos de sensibilização, de criar mecanismos de queixa contra o lançamento ilegal de águas poluentes, para que todos os cidadãos fiscalizem o assunto, e de salvaguarda dum sistema de drenagem sem obstruções, com os esforços de toda a sociedade.

Todos os anos há inundações nas primeiras chuvas. Antes ou depois das férias do Ano Novo Chinês, ou antes da época das chuvas, o IAM tem de assegurar os trabalhos de desentupimento e dragagem, sem esperar pelas primeiras chuvas para testar se o sistema de drenagem “está ou não entupido”. Não é depois da casa assaltada que se põe trancas à porta. Neste momento, há que averiguar os pontos negros de inundações. Estamos prestes a entrar na época das chuvas e tufões, desta vez os diversos trabalhos de limpeza dos sistemas drenagem, o desempenho das estações de bombas, entre outras instalações, vão ser alvo de verdadeiros testes.

Mais, sabemos que as inundações não se resolvem apenas com a força do IAM. Esperamos que o Secretário para a Administração e Justiça e o Secretário para os Transportes e Obras Públicas cooperem, chefiando os seus subordinados para resolverem urgentemente os problemas que preocupam a população, no sentido de aumentar a capacidade das instalações e instalar mais estações de bombas, entre outros trabalhos. Espera-se que a construção de barreiras contra inundações e marés, um projecto que envolve os dois lados da fronteira, possa ser iniciada o mais rapidamente possível.

As inundações ameaçam a vida e os bens dos cidadãos. Desejo que o Governo resolva este problema. Todos os anos ocorrem chuvas fortes, portanto, espero que Macau não seja inundada todos os anos.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.06.2021

Sendo uma das cidades nucleares da Grande Baía, Macau tem a vantagem de “Um País, Dois Sistemas”, e o Estado apoia Macau no desenvolvimento do seu papel como plataforma entre a China e os países lusófonos, dando a Macau o posicionamento de plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e de Centro para a regularização das transacções em RMB. No ano passado, o Governo Central afirmou que ia estudar a criação de uma Bolsa de Valores de Macau em Hengqin para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, que é uma forma do Estado estabelecer uma base para o desenvolvimento financeiro de Macau.

Na Sessão de Perguntas e Respostas ao Chefe do Executivo em Abril, também fiz perguntas sobre o futuro desenvolvimento financeiro de Macau e o planeamento dos recursos humanos relacionado. O Chefe do Executivo respondeu na altura que o Governo ia promover ainda mais o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, que o mercado financeiro de Macau era indispensável para os profissionais, e que o Governo intensificaria os seus esforços a este respeito no futuro. Para acelerar os respectivos trabalhos, a AMCM indicou que ia formular um plano para a construção de uma reserva de talentos financeiros em Macau e promover a formação de talentos financeiros de forma direccionada, incluindo o lançamento do “Programa de Estímulo aos Exames de Credenciação dos Quadros Qualificados de Finanças Modernas 2021”, para encorajar os residentes de Macau a obterem qualificações de certificação profissional internacional, etc., de modo a construir gradualmente uma equipa de profissionais financeiros locais. O público espera também que o plano seja lançado o mais rapidamente possível e que os incentivos sejam aumentados para encorajar e estimular ainda mais os talentos locais, satisfazendo as necessidades futuras de desenvolvimento.

O desenvolvimento do sector de serviços financeiros modernos e o estabelecimento de uma bolsa de valores são, simultaneamente, oportunidades e desafios para Macau. De facto, há uma grande diferença quando se estabelece uma comparação entre a dimensão do desenvolvimento do sector financeiro de Macau e a do das regiões vizinhas, já com um desenvolvimento maduro, e, em particular, os diplomas complementares favoráveis ao desenvolvimento do sector financeiro de Macau ainda não são perfeitos. Assim, as autoridades devem tirar proveito da experiência bem-sucedida das regiões vizinhas e melhorar os diplomas legais pertinentes, à luz da situação real e das necessidades do desenvolvimento futuro de Macau. Em particular, deve dar-se atenção ao apoio jurídico, para o desenvolvimento socioeconómico poder estar em conformidade com a lei e o apoio jurídico de Macau poder acompanhar o contínuo desenvolvimento socioeconómico e a nova tendência de desenvolvimento financeiro, assinalada pela integração com as áreas circundantes. Em comparação com as bolsas de valores mais maduras de outras cidades da

(Tradução)

Grande Baía, Macau precisa de desempenhar o seu papel como ponte entre a China e os países lusófonos, aproveitando as suas vantagens únicas para pôr em prática o desenvolvimento divergente na Grande Baía, integrando-se, em conjugação com o seu papel de desenvolvimento, na construção da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau e promovendo a diversificação adequada da economia.

2021-06-16 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"As autoridades competentes devem ter a coragem de enfrentar os principais problemas relacionados com baixa moral dos trabalhadores da função pública principalmente das Forças de Segurança de Macau (FSM) e encontrar soluções para a sua cabal resolução".

Devido à pandemia, de um modo geral a moral dos trabalhadores da função pública tem agravado e neste momento é a mais baixa de sempre desde o estabelecimento da RAEM.

Em tempos de pandemia, não há dúvidas que a maioria dos trabalhadores da função não têm tido "mãos a medir" em quantidade de trabalho, prestando cada vez mais serviços de qualidade aos cidadãos. Muitos trabalhadores têm de trabalhar vinte e quatro horas por dia, sem fins de semana e feriados prejudicando o convívio familiar e social. A pressão psicológica é elevada e muitos trabalhadores estão sob medicação e tratamento psicológico.

E a desilusão dos trabalhadores é maior quando muitas vezes inexistente o reconhecimento dos esforços e contributos desenvolvidos ao longo dos longos anos de trabalho em prol do bem da sociedade.

Para além dessas graves deficiências muitos trabalhadores estão desiludidos com a gestão interna dos recursos humanos e a ausência de um sistema de promoções baseados no mérito, experiência do trabalho e os contributos prestados ao longo das suas carreiras profissionais. Por isso muitos deles pretendem aposentar após vinte anos de serviço efectivo.

Muitos jovens da função pública estão preocupados com o seu futuro nomeadamente quando por motivo de idade serão obrigados a deixar a função pública. Sem pensões de aposentação e os subsídios de residência, antiguidade e família vir-se-ão obrigados a continuar a trabalhar para sobreviver e sustentar as suas famílias.

E para não esquecer que muito provavelmente terão de continuar as amortizações bancárias e/ou as rendas das casas.

Por isso, apelamos às autoridades competentes para começarem a trabalhar rapidamente em conjugação com as mais de três dezenas de associações representativas dos direitos e deveres da função pública na resolução das principais problemas e questões estruturantes que continuam a minar a moral dos trabalhadores.

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Junho de 2021.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Au Kam San em 16.06.2021

O Governo deve começar, imediatamente, com os estudos para encontrar uma resposta ao impacto da revisão da lei penal do Interior da China no modelo de operação da indústria do jogo

Nos últimos 20 anos, a liberalização da indústria do jogo de Macau e a política de visto individual do Interior da China transformaram Macau na maior cidade de casinos do mundo, e criaram um milagre económico. No entanto, o crescimento económico de Macau depende principalmente do jogo, que não é uma indústria geradora de riqueza, antes sim de transferência de riqueza. Por isso, o enriquecimento de Macau e o engordar do cofre público são, no fundo, resultado da transferência de riqueza dos outros e das outras regiões, e aquele que mais contribuiu foi o Interior da China, de onde vem a maioria dos turistas e jogadores. Por detrás das receitas anuais de centenas de milhares de milhões de patacas, há sangue. A transferência de riqueza implica que Macau está a ganhar o que os outros perdem. É um derrame de sangue que acarreta montantes avultados de receitas, e que implica, no Interior da China, corrupção, falência de empresas, tragédia de famílias, e mesmo perdas de vida. É verdade que não aconteceram em Macau, mas enquanto chineses de Macau, que se vangloriam do valor nuclear do “amor à Pátria e a Macau”, não podemos nunca ficar alheios. Já há mais de dez anos que ando a dizer que Macau, que é uma cidade tão pequena, não pode impulsionar o seu rápido desenvolvimento económico sempre a expensas do Estado. Claro que não há problema quando se trata de políticas de apoio de curta duração, mas se a duração for longa, já é absolutamente impossível. Esta é também a razão pela qual o Governo Central tem vindo, desde sempre, a pedir a Macau que diversifique as suas indústrias, de modo a reduzir a sua dependência excessiva da indústria do jogo. Porém, a verdade é que, nas últimas duas décadas, a dependência da indústria do jogo não diminuiu, antes se foi tornando cada vez maior, sendo assim cada vez maior o seu peso. A chamada diversificação das indústrias é apenas um slogan, e o facto é que as indústrias em Macau estão a ficar cada vez mais reduzidas. Para além das indústrias do turismo e do jogo, quais são as que podem realmente sobreviver sem depender do Governo? A diversificação das indústrias não depende de orientações burocráticas, mas sim da criação de um bom ambiente para o investimento e o desenvolvimento comercial, com vista a atrair empresários promissores para investir, em prol da diversificação das indústrias. Porém, o sistema burocrático de Macau é ineficiente, e não propicia a atracção de investimento, além disso, as medidas recentemente adoptadas pelas autoridades em vez de atrair o investimento, afastaram empresários e capitais. Face a isto, como é que se pode concretizar a diversificação das indústrias?

Perante esta situação, a indústria do jogo em Macau está, finalmente, a enfrentar uma grande mudança. Durante esta epidemia, o Governo Central alterou o artigo 303.º da Lei Penal, o que, sem dúvida, constitui uma onda enorme que vai mudar completamente o ambiente de negócio na indústria do jogo em Macau,

podendo mesmo significar que a era dourada desta indústria, que tem vindo a subir em flecha há mais de uma década, vai ficar para trás.

O n.º 3 do referido artigo 303.º da Lei Penal da China prevê que, quem organizar deslocações de cidadãos da República Popular da China para a participação em jogos de fortuna ou azar em países (regiões) estrangeiros, envolvendo avultados montantes ou outras circunstâncias agravantes, é punido de acordo com o disposto no número anterior.

O que se entende por organização de deslocações de cidadãos chineses para participar em jogos de fortuna ou azar no estrangeiro, previsto no n.º 3 do artigo 303.º? Como é que se interpreta a lei? Veja-se o seguinte: “os ‘delinquentes’ angariam jogadores do Interior da China, para estes saírem do país e se dedicarem ao jogo ou à prestação de serviços de jogo no estrangeiro, através do fornecimento gratuito de serviços de passagem fronteiriça, bilhetes de avião, alojamento e viagens, empregos bem remunerados e cooperação no desenvolvimento de projectos lucrativos”. Qualquer pessoa que leia isto com atenção verifica que se trata do actual modo de funcionamento das salas VIP em Macau. Quando as autoridades chinesas alteraram a lei, disseram que esta não era dirigida a Macau, mas esta alteração transforma o modo de funcionamento das salas VIP num acto criminoso.

No século passado, Macau já angariava jogadores do estrangeiro, como se fazia em Las Vegas, instituindo-se assim um modelo de exploração baseado na aquisição de fichas de casino não convertíveis pelos jogadores. Para a vinda desses jogadores, os promotores de jogo das salas VIP tratavam de tudo, incluindo bilhetes de avião, alojamento e turismo. Durante estes últimos vinte anos da liberalização do jogo, esse modelo de exploração generalizou-se ainda mais, tendo o mercado dos grandes jogadores, conseguido pelas salas VIP através dessa forma, contribuído, em determinado momento, para mais de 70 por cento das receitas do jogo. As receitas das salas VIP apenas começaram a diminuir há uns anos, devido à campanha anticorrupção no Interior da China. Porém, as salas VIP continuam a ter uma importância significativa, com a sua contribuição em mais de metade das receitas do jogo.

Com a revisão da referida lei, as salas VIP já não podem continuar com o modelo de actividades adoptado até agora, porque a sua principal fonte de jogadores está no Interior da China, o contributo de outras regiões geográficas é reduzido e insuficiente para suportar o grande volume de negócio das salas VIP. Por isso, as condições de exploração do jogo em Macau vão certamente alterar-se de forma significativa. O Governo deve proceder, imediatamente, a um estudo e avaliação do impacto resultante da revisão do artigo 303.º da legislação penal do Interior da China. Essa análise será, pois, uma referência indispensável aquando da revisão da lei do jogo em Macau, e também para os trabalhos do concurso público e de apreciação das propostas para a atribuição do direito de exploração

(Tradução)

do jogo, além de poder contribuir para a definição das políticas de desenvolvimento económico de Macau no futuro.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.05.2021

Formar talentos para a área da inovação e aumentar a qualidade

A formação de talentos para a área da inovação é um motor importante para a concretização do desenvolvimento social sustentável na nova era. Em Macau, dá-se importância à consciencialização para a inovação e à formação de quadros qualificados nesta área, aliás, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020) deixa claro o seguinte: há que *“divulgar a consciência inovadora, elevar a capacidade de inovação, empenhar-se em excitar o potencial inovador dos estudantes, formar quadros com capacidades inovadoras e resolver a questão de gargalo de recursos humanos existente no desenvolvimento diversificado das indústrias”*. Com os esforços e estudos por parte de todos, a formação de talentos com capacidade inovadora iniciou-se com sucesso, no entanto, existe ainda uma grande distância em relação ao objectivo definido, isto é, o *“fornecimento de recursos humanos qualificados necessários ao desenvolvimento sustentável de Macau”*, portanto, o Governo e os sectores sociais devem continuar a empregar esforços no reforço da formação respectiva. A meu ver, para que o trabalho seja bem feito, é necessário o seguinte:

1. Criar um ambiente favorável à inovação, para a formação de talentos, e aprofundar o sistema de avaliação na área da educação

A inovação baseia-se nos quadros qualificados, que são cruciais para a sua promoção, portanto, é necessário criar mecanismos completos para incentivar e formar talentos com capacidade inovadora, no âmbito dos quais os estudantes são formados, sob uma educação de elevada qualidade, para se adaptarem ao desenvolvimento da sua vida e aos juízos de valor relativos às necessidades desta era, bem como adquirir capacidades cruciais. Para a formação de talentos com capacidade inovadora, é necessário resolver, a partir da fonte, os problemas da avaliação na área da educação. Em 2020, os Serviços de Educação divulgaram o “Sistema de avaliação do desempenho dos alunos da educação regular do regime escolar local”, que prevê as formas de realização da avaliação e da própria avaliação e cujos objectivos são o desenvolvimento do *softpower* dos estudantes e a formação das suas capacidades transversais e capacidades de aplicação, sendo que o foco consiste em formar qualidades estéticas e artísticas. A reforma da educação deve focalizar-se no sucesso da aprendizagem e, através de diversificadas actividades de aprendizagem, criar oportunidades de aprendizagem e avaliação, tendo por objectivo aumentar, mediante o “sucesso da aprendizagem”, o motivo da aprendizagem e a capacidade de inovação.

2. Impulsionar a reforma dos cursos, desenvolver o ensino STEM (Ciência, tecnologia, engenharia e matemática)

O Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior (2021-2030) e o novo Plano Quinquenal do desenvolvimento da RAEM estão prestes a ser divulgados, espero que a Administração concretize o plano de desenvolvimento na área da educação, e recorra à cooperação inter-regional para promover a inserção de elementos STEM nos planos curriculares e nas actividades escolares, dando, a partir daí, um passo em frente para aumentar a eficiência do ensino STEM.

Em Macau, o ensino STEM está a dar os primeiros passos e as autoridades têm de proceder a uma reforma aprofundada dos planos curriculares, criar condições para implementar uma avaliação que conte com múltiplos factores, proporcionando aos professores condições para o ensino STEM. Deve ainda reforçar-se a formação de professores, para permitir que os professores compreendam melhor a essência e os métodos de ensino STEM, promover a fusão entre as disciplinas e a ciência académica, e formar os alunos para terem consciência, espírito, pensamento e conhecimentos inovadores, formando-se a partir daqui uma boa personalidade voltada para a inovação.

Além disso, tendo em vista a falta de ferramentas de apoio para o ensino STEM, as autoridades precisam de disponibilizar mais recursos para apoiar as escolas a actualizar o *hardware* e os equipamentos para o ensino STEM, para que todos os alunos possam receber formação suficiente, para se reforçar a capacidade de inovação e a qualidade geral dos alunos, e proporcionar uma forte garantia para o desenvolvimento sustentável de Macau.

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 16.06.2021

Os centros de explicações apoiam o ensino básico para fornecer garantias para o desenvolvimento social

Nos últimos anos, a sociedade tem dado cada vez mais atenção aos centros de apoio pedagógico complementar particulares (vulgarmente conhecidos por centros de explicações), esperando aperfeiçoar a supervisão dos mesmos, otimizar com prudência os serviços de cuidados infantis e explicações nos tempos livres, incluir na supervisão a prestação dos serviços de cuidados infantis, alimentação e transporte, e rever o regulamento sobre os referidos centros para aumentar os requisitos de acesso aos explicadores, etc.

Hoje em dia, frequentar explicações já é um sistema normal para o estudo dos alunos dos ensinos primário e secundário. Tal como refere um especialista da Faculdade de Educação da Universidade de Macau, as explicações, também conhecidas como “educação sombra”, são mais populares nos países e regiões do Sudeste Asiático, e a sociedade dá muita importância à educação, por considerar que esta pode mudar o seu destino. De acordo com os dados estatísticos de uma associação educativa, actualmente, 30 a 40 por cento dos alunos por turma têm explicações, uma parte na escola e outra nos centros de explicações ou em explicações particulares. Como não é possível estimar o número de alunos com explicações particulares, o número de alunos com necessidade de explicações é muito maior do que se pensa.

Não se pode negar que, nos últimos dez anos, a existência de centros de explicações forneceu, de facto, uma garantia básica à sociedade local. Todos sabem que o rápido desenvolvimento do sector do jogo transformou Macau numa cidade moderna que funciona 24 horas por dia. Muitas famílias, especialmente aquelas em que ambos os pais trabalham, já não conseguem cuidar dos filhos que frequentam as escolas regulares. Mais, a ciência moderna está em constante mudança, e as disciplinas das escolas estão em constante evolução, e o mais importante é que os conhecimentos e capacidades técnicas adquiridos pelos alunos se tornaram um indicador importante na avaliação das melhores escolas. Assim, quando os alunos não têm capacidade de auto-aprendizagem e as suas notas não conseguem alcançar as expectativas dos pais, os centros de explicações tornam-se um canal importante para os alunos melhorarem as suas notas.

Para além disso, há quem entenda que há falta de supervisão dos centros de explicações por parte do Governo, o que parece ser um mau entendimento. Em Macau existem mais de 400 centros de explicações registados e, segundo os dados dos Serviços de Educação, os seus inspectores efectuaram, num prazo de um ano, 5 mil inspecções a todos os centros de explicações de Macau, ou seja,

cada centro foi inspeccionado, em média, 10 vezes por ano, por isso, a frequência das inspeções não parece ser baixa.

Que se saiba, a revisão da lei do Regime de licenciamento e fiscalização dos centros de apoio pedagógico complementar particulares vai ter lugar ainda este ano, o que despertou grande atenção do sector, portanto, espera-se que o Governo ausculte mais opiniões do sector, para alcançar um ponto de equilíbrio entre a supervisão dos centros de explicações e a garantia das exigências sociais e, a par da elaboração do regime sancionatório para combater as irregularidades, deve-se evitar, dentro do possível, o impedimento da subsistência e do desenvolvimento do sector. Se as alterações à lei forem demasiado restritivas em termos de admissão de estudantes ou levarem a um aumento dos custos operacionais, a consequência poderá ser o aumento das propinas ou o encerramento de alguns centros de explicações.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.06.2021

Gentes de Macau, vamos todos defender o cantonês!

Recentemente, o Ministério da Educação lançou o Relatório da Situação da Vivência Linguística da Grande Baía - 2021, elaborado pela Universidade de Guangzhou, assinalando que a promoção da língua oficial é uma prioridade dos trabalhos linguísticos na Grande Baía. O relatório aborda também o bilinguismo e o resultado da promoção do mandarim em Macau.

Não negamos que a aprendizagem de outras línguas, incluindo o mandarim, pode aumentar a competitividade dos alunos de Macau. Sob o princípio de autonomia académica, a divulgação do mandarim tem sido eficaz, pois “alcançou resultados notórios”, de acordo com o referido relatório.

Porém, enquanto estudo sobre a vivência linguística, o relatório faz pouca referência aos dialectos antigos e enraizados do Delta do Rio das Pérolas, pois não atribui uma importância igual nem desenvolve uma análise detalhada sobre como potenciar o importante papel do cantonês e dos outros dialectos de uso diário na continuação das culturas locais e ligações emocionais.

Na realidade, o cantonês tem muita riqueza e história, e deve ser valorizado e transmitido de geração em geração. Os fenómenos linguísticos do cantonês têm elevadíssimos valores científicos, pois a pronúncia, o léxico e a gramática preservam as características essenciais do chinês medieval, por exemplo, o tom “curto” com consoantes finais, que faz com que a declamação em cantonês de poemas clássicos seja mais respeitadora de rimas, agradável e rítmica.

Vamos ouvir dois exemplos: Neve no rio, de Liu Zongyuan, Dinastia Tang, e os primeiros versos da Balada de Mulan, Dinastias do Norte e do Sul.

(Declamação em cantonês)

O cantonês firmou a sua posição histórica herdando as peculiaridades fonético-fonológicas do léxico das dinastias Tang e Song. Caracterizado pela sua forma de expressão flexível, rica, gaiteira, dinâmica, afável e divertida, o cantonês é também um meio importante para muitas pessoas conhecerem, aprenderem e se apaixonarem pela cultura de Lingnan do sul da China, assim como pelas de Hong Kong e Macau. Entre os locais do mundo onde se fala o dialecto cantonês, com quase 100 milhões de falantes, Macau é um deles. O cantonês é, pois, a língua materna dominante e a língua comum na nossa sociedade. O Governo da RAEM deve tomar medidas mais activas e práticas para o difundir e promover.

Mas, de acordo com os dados estatísticos de Macau dos anos recentes, verifica-se que, antes do retorno da soberania, ano após ano aumentou a

população que falava o cantonês diariamente, mas esse número começou a diminuir logo após o retorno da soberania: em 2016, aqueles que falavam cantonês representavam 80,1 por cento da população, mas houve uma descida de quase 10 por cento, em comparação com os 87,9 por cento em 2001. Entre eles, 87 por cento da população na faixa etária dos 3 aos 19 anos falavam o cantonês diariamente em 2016, verificando-se também uma redução semelhante em comparação com os 94,1 por cento de 2001.

Há uns anos, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) anunciou o alargamento do “ensino da língua chinesa em mandarim” (ou seja, o mandarim como língua veicular do ensino da língua chinesa), o que provocou grande inquietação. As autoridades esclareceram depois que não tinham obrigado a aplicação dessa política ou o ensino de outras disciplinas em mandarim; mais, acrescentaram que as “Exigências das Competências Académicas Básicas” da disciplina do chinês para as escolas primárias e secundárias enfatizam o domínio do cantonês e da escrita em caracteres tradicionais da língua chinesa; a “Política de Educação Linguística do Ensino Não Superior” também enfatiza os hábitos e tradições de uso da língua falada e escrita de Macau. Mas quase um quarto das escolas já implementou a política do “ensino da língua chinesa em mandarim” e, por outro lado, nunca se viu o Governo fazer todos os esforços para preservar e promover o ensino do cantonês com a formação específica de docentes e a elaboração de planos curriculares.

Sempre que falamos em defender o cantonês, devemos salientar que não devemos confundir “aprendizagem de línguas” com “aprendizagem de dialectos”: é certo que não nos opomos a que os estudantes sejam encorajados a aprender mandarim para aumentar a sua competitividade, mas não concordamos que se mexa na política linguística estabelecida, utilizando o mandarim para ensinar chinês e outras disciplinas, na tentativa de substituir o estatuto do cantonês. Mais, no caso de Hong Kong, há vários anos foi implementado o ensino da língua chinesa em mandarim, mas os estudos de rastreio realizados pelo governo local mostraram que não há provas claras de que o ensino da língua chinesa em mandarim ajude a promover a aprendizagem da língua chinesa, pelo contrário, pode criar barreiras à aprendizagem de línguas.

Com o aumento da população migratória e a ausência de uma política linguística sobre o cantonês, muitos profissionais de educação e mesmo o público em geral são de opinião de que há cada vez mais estudantes que não sabem ou não querem falar cantonês, uma situação que tendeu a piorar nos últimos anos, e algumas escolas chegam mesmo a proibir os estudantes de falar cantonês na escola, o que deixa os docentes, pais e até mesmo a população em geral bastante preocupados. A longo prazo, não é completamente impossível que o cantonês deixe de ser utilizado ou até desapareça, assim, a exigência de “defender o cantonês” não é alarmismo.

(Tradução)

No futuro, todos os que apreciam as vantagens culturais únicas de Macau deviam ter a responsabilidade de exortar o Governo a encorajar os estudantes a aprender bem o mandarim e outras línguas, e, ao mesmo tempo, a investir mais recursos para melhorar as qualificações dos docentes de cantonês e aumentar o número de cursos de cantonês, bem como para salvaguardar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos docentes com língua materna cantonesa, a fim de preservar o ensino e a cultura do cantonês.

Gentes de Macau, vamos todos defender o cantonês!

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.06.2021

União das forças do Governo, sociedade e população para defender a linha de batalha na prevenção da epidemia

Há dias, a situação de epidemia sofreu alterações nas regiões vizinhas e em Macau. Para além do primeiro caso importado de infecção pela nova variante do Reino Unido, as autoridades afirmaram não ser possível afastar a possibilidade de se vir a registar em Macau uma outra variante, a Delta. Assim, o Governo empenhou-se em avançar com trabalhos de prevenção da epidemia e medidas de ajustamento, tendo acolhido, em especial, as opiniões da sociedade, no sentido de colaborar com instituições médicas sem fins lucrativos no aumento dos postos de vacinação nos bairros comunitários e reduzir a faixa etária para efeitos de vacinação, facilitando a vacinação aos residentes. Mais, definiu planos para a realização de testes de ácido nucleico a toda a população, com vista a garantir a saúde dos cidadãos. Todos estes trabalhos merecem o nosso reconhecimento.

Porém, na nova ronda dos trabalhos de prevenção da epidemia, Macau e a província de Guangdong impuseram restrições nas passagens fronteiriças, os alunos que passam diariamente a fronteira, e as pessoas que vivem no Interior da China e trabalham em Macau são os que mais sofrem. Daqui para frente, estas pessoas têm de sujeitar-se a mais testes. Para facilitar a vida e satisfazer as necessidades dos alunos menores e dos docentes, os serviços competentes criaram rapidamente, no Centro de Juventude na Areia Preta, um posto provisório de testes de ácido nucleico, que estes podem fazer gratuitamente. Mas, é certo que a implementação do teste de dois em dois dias e o alargamento do leque dos locais onde é necessário exibir o código de saúde foi feita de forma rápida, e os cidadãos precisam de tempo para se adaptar a tais medidas. Mais, segundo os pais, eles não são beneficiados, não podem fazer o teste no novo posto provisório, têm de o pagar e de se deslocar a outros postos, por isso, muitas famílias da camada de base que passam pela fronteira sofrem mais pressão com o aumento dos encargos com os testes.

É responsabilidade partilhada de toda a comunidade assegurar que os resultados da prevenção da epidemia em Macau não sejam quebrados. Para o efeito, apresento as seguintes sugestões:

1. Acelerar a extensão do grupo alvo das estações temporárias de teste de ácido nucleico aos pais e tutores dos estudantes transfronteiriços, e estudar a redução ou isenção de taxas para grupos mais específicos de pessoas, incluindo o grupo alvo referido, tais como os titulares de autorização de residência nas cidades vizinhas e os cartões azuis" de Macau;

2. Instar os residentes a reduzir as entradas e saídas das fronteiras se tal não for necessário, e a vacinar-se o mais rapidamente possível de acordo com as suas próprias condições, de modo a contribuir para a luta contra a epidemia e acelerar

a construção de uma barreira comunitária de imunidade em Macau;

3. Tendo em conta os ataques maliciosos ao sistema do código de saúde nos últimos meses e o recente aumento significativo do número de utilizadores desse código, propõe-se às autoridades que aumentem a segurança e estabilidade do referido sistema, e que se coordenem com o fornecedor para melhorar os trabalhos de expansão e monitorização do sistema, a fim de assegurar a transferência sem sobressaltos dos códigos, para facilitar a passagem fronteiriça.

4. Se necessário, o rastreio rápido através de testes de ácido nucleico em massa é um meio eficaz para detectar infecções rapidamente, para quebrar quanto antes a cadeia de transmissão, e para assegurar os trabalhos de prevenção e controlo. As autoridades devem definir planos para a distribuição de recursos humanos, e em colaboração com a comunidade e os voluntários promover os trabalhos de sensibilização, de modo a preparar-se para as medidas de prevenção de epidemias e para a realização de testes de ácido nucleico a toda a população.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.06.2021

Preparar, com prudência, a abertura de novo concurso público para a exploração do jogo

Durante o período de transição, é necessário aproveitar adequadamente os recursos, para garantir o bem-estar da população

No segundo semestre deste ano, o Governo vai realizar uma consulta pública sobre o novo concurso público para a exploração de jogos de fortuna ou azar. De facto, neste contexto de falta de clareza do ambiente económico, a decisão de realizar este concurso público, que tem a ver com o desenvolvimento desta importante indústria nos próximos dez a vinte anos, poderá não ser a mais rigorosa e complexa para se obterem os melhores de resultados. Devido ao impacto da epidemia, foi adiada a discussão entre o Governo e a população sobre os trabalhos preparatórios para a melhoria do regime de jogos de fortuna ou azar. Falta menos de um ano para terminarem as seis licenças do jogo, portanto, o Governo deve prorrogá-las por mais dois anos, com vista a ter tempo suficiente para recolher e fazer um balanço da opinião pública e estudar a optimização do regime jurídico de jogos de fortuna ou azar, e, ainda, lutar pela abertura de novo concurso público após a epidemia, quando o ambiente económico estiver mais estável.

Durante o período de transição, isto é, até à revisão do regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar e à realização do novo concurso público, para garantir o emprego dos residentes, o Governo deve reforçar a fiscalização sobre as concessionárias do jogo quanto ao cumprimento das suas responsabilidades sociais, no sentido de aumentar a proporção de trabalhadores residentes em mais de 85% e manter em mais de 90% a proporção de trabalhadores residentes em cargos de nível médio e superior; e para aumentar as oportunidades de emprego dos residentes, deve ainda avaliar, com prudência, as quotas de mão-de-obra não residente concedidas às empresas que prestam serviços de limpeza, segurança e restauração às concessionárias do jogo.

Em relação à distribuição de recursos, os cidadãos queixam-se de o Governo injectar demasiados recursos na Fundação Macau, através do mecanismo de atribuição de verbas provenientes das receitas brutas do jogo, que assim dispõe de avultados recursos financeiros e concede financiamentos de forma abusiva, por isso, esperam que o Governo injecte mais recursos no Fundo de Segurança Social e no Fundo de Previdência Central. Durante o período de preparação da revisão do regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar, o Governo deve aperfeiçoar, quanto antes, os mecanismos de atribuição de verbas provenientes das receitas brutas de exploração do jogo, controlando as fundações suspeitas de atribuição abusiva de apoios financeiros, e injectar uma maior percentagem dos recursos no Fundo de Segurança Social e no Fundo de Previdência Central, entre outros, ou seja, nos regimes de segurança social que beneficiam a população.

O estudo e a implementação experimental de medidas para garantir o bem-estar da população, no período de transição, é justamente um estudo prático e oportuno para o aperfeiçoamento sério do regime dos jogos de fortuna ou azar, que contribuirá para a optimização do respectivo regime jurídico e para a abertura do novo concurso público mais adequado, e ainda, para o desenvolvimento sustentável da RAEM.

**IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Iau Teng Pio e Fong Ka Chio em
16.06.2021**

Dar prioridade à vacinação. Recuperação dinâmica da economia

Apresento esta intervenção também em nome dos deputados Ma Chi Seng e Iau Teng Pio.

A economia foi duramente atingida pelo surto de COVID-19, que teve início em Janeiro do ano passado. Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, desde o 1.º trimestre de 2019, o PIB apresentou um crescimento negativo durante nove trimestres consecutivos, e este período foi mais longo do que o da última contração económica (do 3.º trimestre de 2014 ao 2.º trimestre de 2016, oito trimestres consecutivos). Com a contração económica, que começou um ano antes da epidemia, e o surgimento da COVID-19, a recessão económica duplicou, e a amplitude e a profundidade do ajustamento económico são as mais raras da história desde que há estatísticas oficiais.

Devido ao profundo ajustamento económico do ano passado, a base de cálculo é muito baixa, assim, acredita-se que, a partir do 2.º trimestre deste ano, o PIB terá uma recuperação acentuada. Em Maio passado, a indústria do turismo e do jogo, que foi a mais afectada pela epidemia, viu aumentos bastante bons tanto no número de visitantes quanto nas receitas brutas do jogo, mas ambos recuperaram apenas, em média e por mês, cerca de 40% em 2019.

Segundo um artigo da Associação da Medicina Preventiva da Província de Guangdong, em 21 de Maio surgiu, em Cantão, um novo surto de Covid-19, que dura, até 10 de Junho, ou seja, há já 21 dias, e foram reportados 131 casos: 123 foram confirmados e 8 foram casos assintomáticos. Efectuada uma análise à epidemia, conclui-se, no referido artigo, que, devido à aplicação de medidas decisivas e eficazes de prevenção e controlo da epidemia, o surto de Cantão já está em abrandamento e vai ser possível acabar com os casos por volta do dia 20 de Junho. De facto, a data concreta para acabar com os casos não é importante, o mais importante é ter confiança e capacidade para acabar com eles a curto prazo.

Ainda não passou um mês, mas este surto teve um novo impacto na economia local em recuperação. Face às eventuais incertezas quanto ao futuro da economia, sugerimos o seguinte:

1. Segundo os dados do Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus, até às 16 horas do dia 13 de Junho, foram administradas 250 889 doses de vacinas, e foram vacinadas 173 166 pessoas: 94 246 tomaram a 1 dose e 78 920 já tomaram as 2 doses. Fazendo-se o cálculo com base nos 682 500 residentes, isto é, na população registada no 1.º trimestre de 2021, só 11,56% tomaram as 2 doses, portanto, está-se muito aquém da percentagem exigida para a formação de uma barreira de imunidade. Assim, espera-se que o Governo proporcione à população mais medidas facilitadoras, que os empregadores dêem

mais incentivos aos trabalhadores para promover a vacinação, e que os residentes se vacinem em prol dos seus familiares, pois só construindo, quanto antes, uma barreira de imunidade é que será possível responder eficazmente às incertezas decorrentes da situação de epidemia.

2. O Plano de benefícios do consumo por meio electrónico lançado pelo Governo entrou em vigor no dia 1 de Junho e tem por objectivo estimular o consumo local e alargar a procura interna, para atingir assim a meta política de estabilização do funcionamento das empresas e garantia do emprego. O referido plano reveste-se de importância tendo em conta a instabilidade da situação epidémica nas regiões vizinhas e a diminuição dos visitantes. Sugere-se assim que as PME beneficiadas pelo Plano e as diversas plataformas de pagamento móvel ofereçam mais descontos extra, incentivando os residentes a utilizar o plano. Quanto mais dinheiro for usado num curto prazo, maiores serão os efeitos multiplicadores que o Plano terá na procura interna.

3. Para a recuperação contínua da economia de Macau, são claramente indispensáveis a circulação interna e a externa. Espera-se que o Governo, com a situação epidémica cada vez mais estável nas regiões vizinhas, ajuste, atempada e dinamicamente as nossas medidas de prevenção da epidemia, e tente a aprovação de mais visitas transfronteiriças, para injectar uma força da circulação externa, em prol da plena recuperação da economia e das PME de Macau.